

Índice

Agradecimentos	15
1. O Grande Tédio	17
2. Uma Temporada no Inferno	39
3. Numa Pós-Cultura	63
4. Amanhã	95

1

O Grande Tédio

Algumas Notas para a Redefinição de Cultura: o meu subtítulo alude, evidentemente, às *Notas* de 1948 de Eliot. Não se trata de um livro atraente, mas de um livro que acusa o embate da barbárie que acabava de se manifestar, mas cujas origens e formas efectivas os argumentos do autor deixam numa imprecisão recorrente. Contudo, as *Notes Towards the Definition of Culture (Notas para a Definição de Cultura)* conservam o seu interesse. São, até à evidência, resultado do trabalho de um espírito excepcionalmente penetrante. Ao longo do meu ensaio, retomarei certas questões levantadas pela defesa da ordem de Eliot.

Não é o passado literal que nos governa, excepto, talvez, numa acepção biológica. São as imagens do passado: com frequência tão intensamente estruturadas e tão imperativas como os mitos. As imagens e as construções simbólicas do passado encontram-se impressas, quase à maneira de informações genéticas, na nossa sensibilidade. Cada época histórica contempla-se no quadro e na mitologia activa do seu próprio passado ou de um passado tomado de empréstimo a outras culturas. Põe assim à prova a sua identidade, as suas regressões ou as suas realizações, confrontando-se com esse passado. Os ecos por meio dos quais uma sociedade procura determinar o alcance, a lógica e a autoridade da sua própria voz, vêm de trás. Sem dúvida, os mecanismos aqui em jogo são complexos e radicam

em certas exigências difusas mas fundamentais de continuidade. Uma sociedade precisa de antecedentes. Quando estes não se acham naturalmente disponíveis, quando a comunidade é nova ou se recompõe após um longo intervalo de dispersão ou sujeição, a forma necessária do passado é criada na gramática do ser mediante uma decisão intelectual e afectiva. A “história” dos negros americanos ou do actual Israel são exemplos que o confirmam. Mas talvez o motivo último seja metafísico. Quase toda a história parece carregar consigo os vestígios de um paraíso. Houve certo momento, em tempos mais ou menos remotos, em que as coisas foram melhores, quase uma Idade de Ouro. Uma concordância profunda entre o homem e o seu quadro natural de existência. O Mito da Queda é mais forte do que qualquer religião particular. Será difícil depararmos com uma civilização, será talvez difícil depararmos até com uma consciência individual, que não se volte para trás para responder à insistência de um sentimento de catástrofe passada. Algures, deu-se uma má escolha na “floresta obscura e sagrada”, e o homem viu-se a partir de então obrigado a trabalhar social e psiquicamente contra a tendência natural do ser.

Para a cultura ou “pós-cultura” ocidental contemporânea, esta utopia reiterada é da maior importância. Mas assumiu uma forma secular e imediata. O nosso sentimento actual de desorientação, de recaída na violência, de perda na insensibilidade moral; a nossa viva impressão de uma quebra profunda no campo dos valores da arte e no da decadência dos códigos pessoais e sociais; os nossos receios de uma nova “idade das trevas”, em que a própria civilização, tal como a conhecemos, possa desaparecer ou se restringir a pequenas ilhas de preservação arcaica — estes receios tão palpáveis e generalizados que se transformaram num cliché do estado de espírito da época —, tiram de uma comparação a sua força e a sua evidência aparente. Por trás da nossa actual atitude de dúvida e auto-acusação, há a presença, largamente inobservada por tão esquiva, de um passado muito particular, de uma “Idade de Ouro” característica. A nossa experiência do presente, os juízos, tantas vezes negativos, que fazemos acerca do nosso lugar na história vivem continuamente

contra o fundo daquilo a que eu gostaria de chamar o “mito do século XIX” ou o “jardim imaginário da cultura liberal”.

A nossa sensibilidade situa esse jardim na Inglaterra e na Europa Ocidental dos anos que vão aproximadamente de 1820 a 1915. A primeira data tem a falta de brilho do que releva das convenções, mas o fim do longo Verão reveste-se de uma exactidão apocalíptica. Os traços maiores da paisagem são inconfundíveis. Um nível de cultura elevado e crescente. O primado da lei. As formas de governo representativo, sem dúvidas imperfeitas, mas que por toda a parte se generalizam. Direito à privacidade e segurança cada vez maior nos espaços públicos. Reconhecimento espontâneo do papel axial das artes, ciências e tecnologia em termos económicos e civilizacionais. A obtenção paciente, ainda que por vezes difícil, da coexistência pacífica entre os estados nacionais (realidade efectiva, com excepções esporádicas, entre Waterloo e a Batalha do Somme). Interação dinâmica e temperada de humanidade entre a mobilidade social e as linhas de força e os costumes estáveis da comunidade. Uma norma de poder, moderada pelos conflitos tradicionais entre as gerações, entre pais e filhos. Liberalismo sexual acompanhado por um critério de restrições vigoroso e subtil, colectivamente aceite. E ser-me-ia fácil continuar. Seria fácil tornar a lista mais extensa e mais precisa. O que me interessa acentuar é que tudo isto produzia uma imagem de controlo múltipla, uma estrutura simbólica que se repercute, com a insistência de uma mitologia activa, na afectividade com que hoje sentimos.

Segundo os nossos interesses, transportamos connosco diferentes elementos ou partes deste todo complexo. O pai “sabe” de uma época passada em que as boas maneiras eram estritas e os filhos obedeciam. O sociólogo “sabe” que houve uma cultura urbana em larga medida imune às actuais ameaças anárquicas ou às baforadas de violência intempestiva. O religioso e o moralista “sabem” que existiu um tempo em que os valores eram reconhecidos por todos. Cada um de nós poderá evocar as alíneas que melhor convenham ao seu caso: a casa onde a ordem reina, com os seus servidores e o seu recato; os parques dominicais com a sua ociosidade tranquila; o latim

nas salas de aula e a subtileza apostólica dos anfiteatros universitários; as livrarias autênticas e os debates parlamentares inteligíveis. Os homens de cultura “sabem”, num sentido peculiar, e simbolicamente definido da palavra, que houve um tempo em que uma produção universitária e literária séria, economicamente acessível, era sinónimo da descoberta de um público extenso e dotado de competência crítica. Há ainda hoje muita gente para quem o célebre Verão sem nuvens de 1914 é a abertura de um passado a que corresponde um mundo mais civilizado, mais confiante, mais humano do que tudo o que depois dele conhecemos. É contra esta memória viva desse longo Verão, e em função do nosso conhecimento simbólico desse mundo, que hoje sentimos frio.

Se nos detivermos para observar as fontes do saber que temos a seu respeito, verificaremos que não raro são puramente literárias ou artísticas, que o nosso século XIX interior é uma criação de Dickens ou Renoir. Se dermos ouvidos ao historiador, especialmente ao historiador radical, rapidamente nos compenetraremos de que o “jardim imaginário” é, sob certos aspectos decisivos, uma simples ficção. É-nos dado a entender que a crosta de requinte civilizacional cobria profundas fossas de exploração social; que a ética sexual burguesa mascarava uma imensa área de hipocrisia turbulenta; que os critérios de formação cultural exigente diziam respeito a muito poucos; que o ódio entre as gerações e as classes era visceral, ainda que muitas vezes silencioso; que a segurança do *faubourg* e do parque estava directamente ligada à ameaça, reconhecida mas contida, dos casebres e tugúrios. Quem quer que queira abrir os olhos poderá descobrir o que era um dia de trabalho numa fábrica vitoriana ou como a mortalidade infantil atingia grandes números das regiões mineiras do Norte de França durante as décadas de 70 e 80 do século passado. Torna-se inevitável reconhecermos que a riqueza intelectual e a estabilidade da classe média e média alta durante o longo Verão liberal assentava, de modo directo, no domínio económico e, em última instância, militar de grandes zonas daquilo a que hoje chamamos mundo subdesenvolvido ou Terceiro Mundo. Tudo isto salta aos olhos. Sabemo-lo nos nossos momentos racionais. Trata-

-se, todavia, de uma espécie de saber intermitente, menos próximo do pulsar da nossa sensibilidade do que a mitologia, a metáfora cristalizada, ao mesmo tempo difundida e densa, de um grande jardim da civilização doravante em escombros.

Em parte, o próprio século XIX é responsável por este nostálgico imaginar. Podemos extrair das suas próprias afirmações uma antologia de atitudes de orgulho obstinado e complacente. A nota que ressoa em *Locksley Hall*¹ surge em múltiplos outros momentos e em diferentes lugares. No célebre elogio proferido por Macaulay a propósito do novo horizonte da ciência, no seu “Ensaio sobre Bacon”, de 1837, podemos ler:

[A ciência] prolongou a vida; mitigou a dor; extinguiu doenças; aumentou a fertilidade dos solos; proporcionou maior segurança ao marinheiro; forneceu novas armas ao combatente; cruzou grandes rios e estuários com pontes de formas que os nossos pais desconheciam; tornou inócuo o trajecto do relâmpago até à terra; iluminou a noite com o fulgor do dia; expandiu o alcance da visão humana; multiplicou o poder dos músculos humanos; acelerou o movimento; aniquilou a distância; facilitou as comunicações, a correspondência, todas as relações amistosas, toda a marcha e ritmo dos negócios; habilitou o homem a descer às profundezas do mar, a erguer-se nos ares, a penetrar a salvo nos recessos insalubres do Globo, a atravessar a terra em veículos que se deslocam sem cavalos, a cruzar o oceano em navios que andam a dez nós por hora contra o vento. Tais são apenas alguns dos seus frutos, alguns dos seus primeiros frutos; porque se trata de uma filosofia que jamais descansa, que jamais está concluída, que jamais é perfeita. O progresso é a sua lei.

A apoteose que encerra a segunda parte do *Fausto*, o historicismo hegeliano, com a sua doutrina da auto-realização do Espírito, o positivismo de Auguste Comte, o cientismo filosófico de Claude Bernard são expressões da mesma serenidade dinâmica, da mesma

1 De Tennyson. (N. T.)